

# CPI de SC quebra sigilo de governador

■ Deputados querem ouvir as ligações telefônicas da sede do governo de Santa Catarina e da residência oficial de Paulo Afonso

CRISTINA BRAGA

Agência JB

FLORIANÓPOLIS — A CPI da Assembleia Legislativa de Santa Catarina (SC) que apura irregularidades na emissão de títulos decidiu ontem quebrar o sigilo telefônico do Palácio da Agrônômica, a residência oficial do governador Paulo Afonso Vieira (PMDB), e do Palácio Santa Catarina, sede do governo. O acesso à listagem de telefonemas recebidos e feitos a partir dos dois endereços poderá mostrar se foram feitas ligações entre o governo catarinense e diretores ou funcionários da corretora Boa Safra, Banco Votor e outras empresas envolvidas nas operações que operam, irregularmente, R\$ 604 milhões de títulos estaduais.

O pedido de quebra de sigilo telefônico se estenderá também à Secretaria da Fazenda, à Procuradoria Geral do Estado e à mesa de operações do Banco Estadual de Santa Catarina, segundo depoimento prestado à CPI do Senado Federal pelo banqueiro Fausto Solano, da Boa Safra, ele manteve conversas telefônicas com o governo de Santa Catarina no dia em que os títulos catarinenses — no valor de R\$ 604 milhões — foram lança-

dos no mercado financeiro, em outubro último.

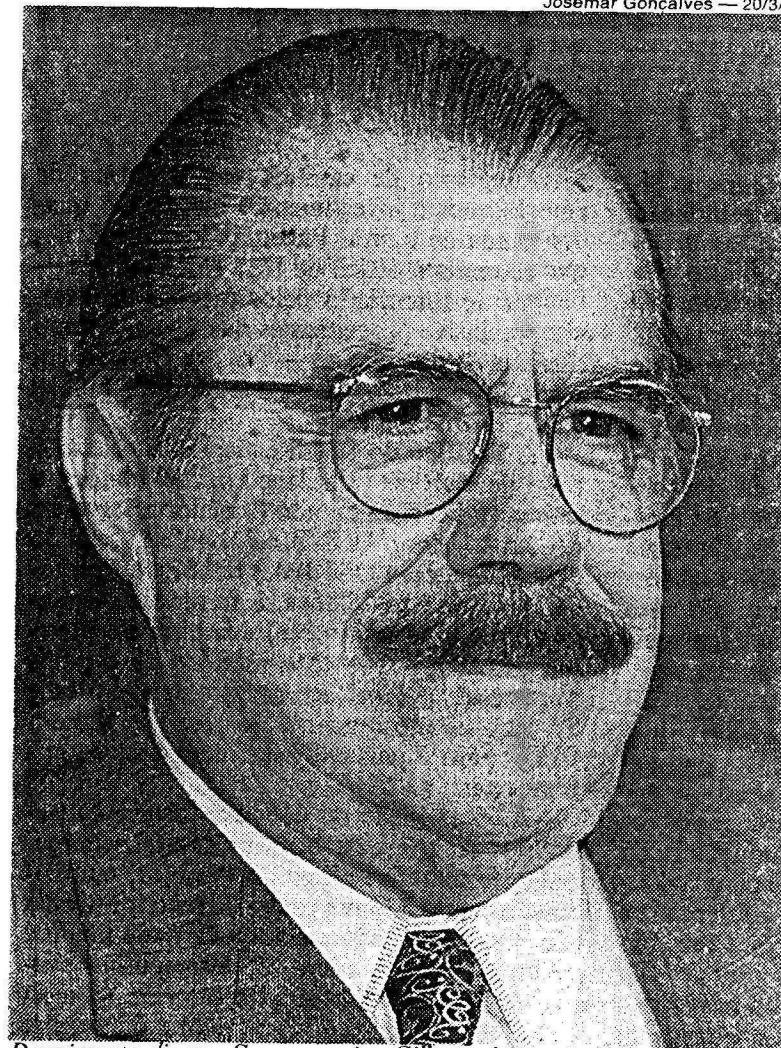
O governador Paulo Afonso nega que tenha falado com o empresário e afirma que os telefonemas foram atendidos por seu assessor financeiro, Paulo Prisco Paraíso, hoje titular da Secretaria de Fazenda.

Ontem, o governador de Santa Catarina disse que, após a conclusão dos trabalhos da CPI, vai continuar a negociar títulos da dívida pública do estado. “Quando normalizar tudo, o governo voltará a

vender títulos, que estavam no mercado de forma perfeita”, garantiu. Em solenidade no Palácio do Planalto, Paulo Afonso ficou um pouco isolado dos outros governadores, que o evitaram nas rodas de conversas.

O governador catarinense atacou os senadores Esperidião Amin (PPB-SC) e Vilson Kleinubing (PFL-SC), seus adversários e integrantes da CPI dos Precatórios. “Falta isenção política e credencial moral para eles fazerem esta investigação”, criticou.

Josemar Gonçalves — 20/3/96



Depoimento diz que Sarney enviou Gilberto Miranda a Santa Catarina

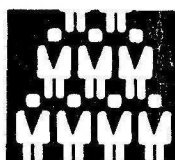
## O ESQUEMA EM SANTA CATARINA



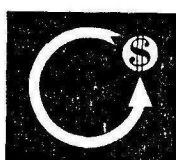
O estado emitiu R\$ 606 milhões em títulos para o pagamento de precatórios que, segundo o senador Vilson Kleinubing, eram de cerca de R\$ 70 milhões. O deságio oferecido na venda foi de R\$ 87 milhões.



A emissão foi feita pelo banco Votor, que recebeu R\$ 33 milhões de comissão. O banco alega ter repassado R\$ 26 milhões à corretora Perfil, pelos serviços prestados por Wagner Ramos e sua equipe.



Várias instituições estiveram envolvidas na negociação dos títulos, entre elas: Perfil, IBF, Factoring, Vitória, Negocial, Tibagi, Valor, Konta, Astra, Ativação, Banco Indusval, Plenus, Tecnicorp e Olímpia.



Os principais compradores finais dos títulos foram: Bradesco, Multiplac, Banestado (Banco do Paraná), Besc, BRB (Banco Regional de Brasília), Cedro, Essex, Serpros, Telos e outros.